



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° , DE 2023

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Apresentação: 29/09/2023 09:53:21.793 - CFFC

REQ n.357/2023

Solicita-se que a Excelentíssima Senhora Nísia Trindade, Ministra da Saúde, seja convocada para prestar esclarecimentos sobre a contratação de uma empresa, com dispensa de licitação, para fornecer 90 mil frascos de imunoglobulina humana pelo valor de R\$ 87 milhões, visto que ainda não foram recebidas quaisquer unidades do medicamento.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocada a Senhora Nísia Trindade, Ministra da Saúde, para prestar esclarecimentos sobre a contratação de uma empresa, com dispensa de licitação, para fornecer 90 mil frascos de imunoglobulina humana pelo valor de R\$ 87 milhões, visto que ainda não foram recebidas quaisquer unidades do medicamento.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento da Senhora Nísia Trindade, Ministra da Saúde, para prestar esclarecimentos sobre a contratação de uma empresa, com dispensa de licitação, para fornecer 90 mil frascos de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234983759600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evar Vieira de Melo



* C D 2 3 4 9 8 3 7 5 9 6 0 0 *



imunoglobulina humana pelo valor de R\$ 87 milhões, visto que ainda não foram recebidas quaisquer unidades do medicamento.

Isto porque, conforme noticiado¹, o Ministério da Saúde contratou uma empresa com dispensa de licitação para fornecer 90 mil frascos de imunoglobulina humana, a R\$ 87 milhões, mas ainda não recebeu nenhuma unidade do medicamento. O contrato foi firmado em abril, com previsão de entrega de cinco parcelas até o próximo dia 30 de setembro. “Até o momento, não há registro de recebimento de insumos, e, em consequência, não foram realizados quaisquer pagamentos à empresa”, afirmou o ministério.

A empresa em questão é a Farma Medical, que firmou o contrato na condição de representante nacional da Prime Pharma LLC, dos Emirados Árabes. Em nota, a empresa afirmou que os primeiros lotes foram disponibilizados em 13 de junho. “A importação do produto em referência é de responsabilidade única e exclusiva do Ministério da Saúde”, destacou.

Segundo a Farma Medical, a disponibilização ocorreu 13 dias após receber a autorização de importação excepcional emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Tal autorização foi necessária porque o medicamento ofertado pela empresa ainda não possui registro na agência.

O proprietário da empresa, Silvio de Azevedo Pereira Júnior, informou que 30 mil frascos foram efetivamente entregues ao ministério ainda no mês de junho. A reportagem pediu acesso a documentos que comprovassem a entrega, mas não obteve retorno. A Farma Medical tem um capital social de R\$ 100 milhões e opera em seis estados.

Em fevereiro, o ministério iniciou um processo para a aquisição de 383,5 mil frascos de imunoglobulina, optando pela dispensa de licitação devido à

¹ <https://www.metropoles.com/brasil/governo-federal-paga-r-87-milhoes-sem-licitacao-e-nao-recebe-remedios>



* C D 2 3 4 9 8 3 7 5 9 6 0 0 *



urgência. Ao todo, 20 empresas apresentaram suas propostas, sendo que a da Prime Pharma estava entre as mais vantajosas.

Ao justificar a urgência, o ministério salientou que a primeira remessa do medicamento deveria ser entregue em abril para evitar o risco de desabastecimento. Contudo, a primeira remessa só foi entregue em meados de junho pela Auramedi Farmacêutica, que foi responsável pela maior parte do fornecimento.

A imunoglobulina é um medicamento hemoderivado, isto é, produzido a partir do plasma sanguíneo, e é utilizado para potencializar a imunidade de pacientes diagnosticados com várias doenças, como a síndrome de Guillain-Barré. A sua escassez no Sistema Único de Saúde (SUS) ameaça a vida de indivíduos que dependem desse tratamento.

Após a assinatura do contrato, em 14 de abril, o ministério deveria solicitar à Anvisa uma autorização para a importação em caráter excepcional. A pasta requisitou a documentação à empresa brasileira e formalizou o pedido em 16 de maio. A autorização pela agência só veio a ser concedida em 29 daquele mês, o que inviabilizaria a entrega da primeira remessa no prazo estabelecido, que era até o dia 30.

De acordo com documentos do ministério, apenas em 20 de junho o Departamento de Planejamento e Controle Logístico do ministério encaminhou um ofício à área de Assistência Farmacêutica, comunicando a decisão da Anvisa, 10 dias antes do vencimento da segunda remessa.

Silvio Júnior, da Farma Medical, argumentou que o ministério levou mais tempo para aprovar os documentos submetidos por sua empresa em comparação ao tempo dispensado para a sua concorrente, a Auramedi. “*Não comprehendo o motivo, mas houve uma demora significativa na aprovação*”, destacou.

No dia 28 de julho, o ministério emitiu uma notificação de descumprimento de contrato, uma vez que a primeira remessa ainda não tinha





CÂMARA DOS DEPUTADOS

sido entregue. Em 22 de agosto, a pasta enviou um novo comunicado cobrando os atrasos referentes às três primeiras entregas.

A Farma Medical reconhece o atraso no cronograma estipulado no contrato, mas enfatiza que tal atraso se deu, inicialmente, “*por conta dos próprios trâmites internos do ministério, que até a data prevista para a primeira entrega não possuía a devida autorização excepcional da Anvisa para a importação*”.

“*A nossa empresa cumpriu com suas responsabilidades enquanto representante nacional e o mesmo vale para os fornecedores diretos do Ministério da Saúde*”, afirmou.

Com apenas um funcionário registrado até o mês de março e um capital social de R\$ 1,3 milhão, a empresa goiana Auramedi garantiu um contrato no valor de R\$ 285,8 milhões no contexto desse mesmo procedimento de dispensa de licitação. Ela afirma representar, em território nacional, a companhia chinesa Nanjing Pharmacare.

Conforme reportado pelo Metrópoles na última terça-feira (26/9), a Nanjing é também representada no Brasil pela Panamerican Medical Supply. Esta possui entre seus sócios Marcelo Pupkin Pitta, empresário do setor que foi detido durante a Operação Vampiro em 2004 e novamente em 2007.

As investigações da época focaram em suspeitas de fraude em licitações do Ministério da Saúde, especialmente nas aquisições de medicamentos hemoderivados, incluindo a imunoglobulina. A Panamerican, por sua vez, assinou dois contratos no valor total de R\$ 647,2 milhões com o ministério durante a gestão do então presidente Jair Bolsonaro (PL) nos anos de 2021 e 2022, para o fornecimento de imunoglobulina como representante da Nanjing. De acordo com o Portal da Transparência, pelo menos R\$ 597,5 milhões já foram pagos. Desse montante, 73,1% foi desembolsado no último ano, entre março e setembro, e o saldo restante neste ano, sob a administração do presidente Lula.

Neste esteio, apresentamos o presente requerimento com a finalidade do governo esclarecer, de forma oficial, sobre a contratação de uma empresa,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

com dispensa de licitação, para fornecer 90 mil frascos de imunoglobulina humana pelo valor de R\$ 87 milhões, visto que ainda não foram recebidas quaisquer unidades do medicamento.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2023.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

